



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **1003991-30.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Embargado: **RONALDO APARECIDO MORENO PEREA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos pela **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, contra **RONALDO APARECIDO MORENO PEREA**, sob o fundamento de que o exequente não possui título executivo, já que a sentença não transitou em julgado, pois dela não foi intimada pessoalmente. Alegou, ainda, que o embargado não apresentou planilha de débitos.

O embargado apresentou impugnação (fl. 54/55), juntando a memória de cálculo e alegando que propôs a execução diante da certidão de fls. 129 e que a embargante tomou ciência da sentença quando citada, tanto que apresentou os embargos, devendo ser assegurada a razoável duração do processo.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido comporta acolhimento.

De fato, nos termos do artigo 25 da LEF, a intimação da Fazenda Pública tem que ser pessoal, o que não havia ocorrido quando do pedido de execução dos honorários.

Conforme certidão de fls. 48, ainda não ocorreu o trânsito em julgado da sentença.

Sendo assim, o embargado não possui título executivo, não havendo interesse a justificar a execução do julgado.

Ante o exposto, acolho o pedido e determino a extinção da execução dos honorários, com fundamento nos artigos 267, VI e 745, I, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Não há condenação em honorários advocatícios, pois certificou-se a fls. 35 que a sentença tinha sido disponibilizada e a fls. 36 que não houve manifestação das partes, dando-se vista ao exequente.

P.R.Int.

São Carlos, 04 de setembro de 2014.